



## DECLARAÇÃO DO ENCONTRO REGIONAL DE POVOS INDÍGENAS E DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DO BRASIL E DA BACIA AMAZÔNICA RUMO À COP30

Nós, Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil e da Bacia Amazônica, guardiões das riquezas naturais de nossos países, declaramos que estamos unidos, reafirmamos e fortalecemos nossa aliança histórica e nosso papel central na luta contra a crise climática.

Não somos os responsáveis pela crise climática, somos a solução. Somos diversos em povos e culturas e estamos unidos na defesa dos nossos territórios e dos nossos modos de vida, que representam soluções vivas para a atual crise planetária. Somos territórios ancestrais, guardiões e guardiões de saberes milenares e protagonistas históricos na defesa dos territórios, biomas e da sociobiodiversidade.

Estamos diante de um momento histórico e não temos tempo a perder: a COP30 é a oportunidade de garantir um presente e um futuro digno para todas as gerações. Reafirmamos: Para a crise climática, que afeta toda a humanidade, a resposta somos nós!

Apesar de não sermos os responsáveis pela crise climática, nós, Povos Indígenas e Povos e Comunidades Tradicionais de todos os biomas somos os primeiros afetados a partir da violação de nossos corpos, territórios e direitos. Seguimos resistindo e denunciando os impactos do desmatamento, da mineração, do avanço do agronegócio, da exploração de combustíveis fósseis, da construção de hidrelétricas e todas as formas de exploração.

Assim sendo, conjuntamente, declaramos que **não há solução para a crise climática sem o reconhecimento e proteção dos nossos direitos territoriais. Dessa forma, apresentamos nossas demandas prioritárias e exigimos que a Presidência Brasileira da COP30 apresente resultados concretos para:**

- **Respeito, reconhecimento e proteção de nossos territórios**, com metas específicas e monitoráveis para:
  - Demarcação de Territórios Indígenas!
  - Reconhecimento e Regularização Fundiária de Territórios Tradicionais de uso coletivo!
  - Reconhecimento e Titulação de Territórios Quilombolas!
  - Reconhecimento e Titulação dos territórios indígenas na Bacia Amazônica!
  - Reforma Agrária Popular!

**Demanda principal para a COP30: Direitos territoriais como política climática global.** Essa reivindicação deve estar explicitamente incluída nas NDCs nacionais e no Plano Clima, com metas concretas, quantificáveis e monitoráveis.

Além disso, exigimos:



- **Consulta Livre, Prévia e Informada** de acordo com a realidade e especificidade das distintas realidades de povos e comunidades tradicionais para quaisquer empreendimentos, programas, projetos e outras ações que afetem nossos territórios, com direito e observância ao veto;
- **Reconhecer e zelar pelo nosso papel como guardiãs e guardiões da sociobiodiversidade e do clima**, respeitando os nossos modos de vida, línguas maternas, espiritualidades e saberes tradicionais e ancestrais.

A conexão entre território, sociobiodiversidade e clima é incontestável: sem nossos conhecimentos e gestão tradicional, não haverá solução efetiva para a crise climática.

O sucesso e o legado da COP 30 dependem do compromisso dos países pelo **avanço concreto nos direitos territoriais de Povos Indígenas e de Povos e Comunidades Tradicionais como alicerce das políticas climáticas**. As nossas métricas de sucesso para a COP serão:

1. **Compromisso oficial internacional** de que o reconhecimento, demarcação de terras indígenas, reconhecimento e regularização de territórios tradicionais são políticas de mitigação climáticas.
2. **Proteção de Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (PIACI)**: Garantir e proteger os territórios com presença de PIACI como compromisso essencial de ação climática.
3. **Proteção de defensores de direitos territoriais e ambientais**: é necessário garantir recursos e mecanismos efetivos de proteção de lideranças. De acordo com estudos de 2020, estima-se que são assassinados quatro defensores ambientais a cada semana no mundo, sendo a maioria indígenas e povos e comunidades tradicionais, especialmente da América Latina.
4. **Financiamento direto, desburocratizado e de acesso adaptado de acordo com as nossas realidades**, com pelo menos 40% dos recursos climáticos destinados diretamente a organizações reconhecidas, fundos e outros mecanismos de acesso a recursos geridos por nós, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, garantindo nossa autonomia na proteção e gestão territorial.
5. **Transição energética justa**: extinção de projetos predatórios em nossos territórios e priorize energias renováveis comunitárias, respeitando nossa governança.

A COP30 deve incluir nossas vozes nos espaços de decisão, com 1.000 credenciais para povos indígenas globalmente, e 280 para Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil na Zona Azul e a ocupação efetiva de assentos para Povos e Comunidades Tradicionais na Plataforma de Povos Indígenas e Comunidades Locais - LCIPP.

**Mais do que uma conferência, queremos um legado: a integração de nossas demandas nos planos nacionais e a garantia de que a justiça climática comece com justiça territorial.**

